

INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA (TEA) NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Edjane Maria da Silva¹
Marlisson Jacinto Cintra Alves²
Carlas Renata Prissila Costa Ferreira³

RESUMO

Com a presença de estudantes com necessidades especiais no ensino regular, fez necessário que os docentes buscassem uma educação continuada que fosse capaz de suprir e dar subsídios para esse pedagogo seja apto a trabalhar com alunos que possuem algum tipo de deficiência, e que haja qualidade na inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), a formação de professores é imprescindível. Neste estudo identificou-se a percepção dos futuros profissionais em pedagogia que atuam e irão atuar no ensino infantil quanto à influência da família no processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na região metropolitana do Recife, através de uma pesquisa qualitativa, documental e exploratória, a coleta de dados foi realizada utilizando formulário Google Forms (alternativa adotada para garantir as condições sanitárias quanto ao COVID-19), procedimentos de análise, os resultados possibilitaram analisar as concepções sobre inclusão escolar, reflexões sobre as experiências vivenciadas no processo de inclusão, definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a participação da família para a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação. Família. Inclusão. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A família constitui o primeiro contexto social e educativo das crianças e este se amplia quando passam a frequentar a instituição de Educação Infantil, é importante a construção de vínculos nas interações com as famílias, visando o acompanhamento participativo da aprendizagem e desenvolvimento das crianças oriundas de contextos

¹ Graduando do Curso de **Pedagogia** da Uninassau – Shopping Pateo Olinda, erikahelena-19@hotmail.com;

² Graduado em **Licenciatura em Matemática** na Universidade de Pernambuco - UPE, marlissonj@yahoo.com.br;

³ Professor orientador: Doutora, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, carlasrenata@gmail.com;

culturais e práticas sociais diversificadas, que muito contribuem na riqueza do currículo (DCNEI, 2009).

E o ambiente escolar, é preciso envolver as famílias para procurar conhecer melhor as rotinas, hábitos, brincadeiras preferidas e medos das crianças, além dos cuidados com a saúde e alimentação. Importante enfatizar que a postura dos professores e da família é um fator determinante nesse momento. A escola precisa estar apta a receber também os pais de crianças com necessidades educacionais especiais, afim de melhor incluí-los atendendo suas especificidades.

As crianças com necessidades educacionais recebidas frequentemente em escolas municipais e regulares são: pessoas com deficiência físicas, visuais e auditivas, síndrome de Down, epilepsia, paralisia cerebral, transtorno do espectro autista (TEA), dentre outras. O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos ou restritivos, e estereotípias, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.

Em relação especificamente ao autismo, a iniciativa governamental que representou um marco histórico foi a Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Entre outros pontos, essa lei determina que os autistas possam frequentar escolas regulares e, se necessário, solicitar acompanhamento nesses locais (CASTANHA, 2016; GROSSI, 2018). Esses incentivos legais foram responsáveis pelo aumento da presença de estudantes com TEA na escola regular, o que, por si só, não significa inclusão. Incluir está associado também com a permanência e a aprendizagem do estudante. Portanto, percebe-se a necessidade de desenvolver estratégias interventivas que favoreçam a aprendizagem desses estudantes (MACÊDO, 2015).

Compreender e vivenciar essas concepções sobre o currículo da Educação Infantil permite ao professor um atendimento amplo, plural e equitativo do ponto de vista curricular, mas para que de fato a Instituição de Educação Infantil se torne um espaço de todos (as) crianças, é preciso pensar nesse currículo a partir de muitas dimensões.

Desse modo, além de se apropriar das concepções de criança, de infância, faz-se necessário que o professor compreenda e vivencie os direitos e objetivos de

aprendizagem e desenvolvimento preconizados na Base Nacional Comum Curricular. A participação das famílias tem sido apontada como um dos aspectos-chave de uma Educação Infantil de qualidade, e várias experiências tem demonstrado o valor da interação e comunicação entre professores crianças, familiares e comunidade. Desse modo, cabe pensar nas propostas pedagógicas da Educação Infantil, em relações e aproximações, com a família nas instituições, como um potencial para o fortalecimento do trabalho pedagógico, numa troca de conhecimento entre familiares e profissionais, para o bem-estar das crianças. (CURRICULO PERNAMBUCO, 2018).

Portanto, neste estudo objetivou-se identificar a percepção dos futuros profissionais em pedagogia que atuam e irão atuar no ensino infantil quanto à influência da família na inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na região metropolitana do Recife.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Procedimento metodológico

A busca por compreender a proposta desta pesquisa dá-se mediante a um estudo qualitativo de cunho bibliográfico baseado em Fiorentini e Lorenzato (2009), e classificada como uma pesquisa documental para identificação a percepção dos futuros profissionais em pedagogia que atuam e irão atuar no ensino infantil quanto à influência da família no processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na região metropolitana do Recife, através de uma pesquisa qualitativa, documental e exploratória, a coleta de dados foi realizada utilizando formulário Google Forms (alternativa adotada para garantir as condições sanitárias quanto ao COVID-19), procedimentos de análise, os resultados possibilitaram analisar as concepções sobre inclusão escolar, definições sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a participação da família para a aprendizagem dos estudantes com (TEA).

O estudo ancorou-se numa abordagem qualitativa, identificando as percepções observáveis do perfil de 27 estudantes do curso de pedagogia (8º período) de uma instituição de ensino superior em Olinda-PE, durante o semestre 2020.2, momento em que no Brasil vivem-se mudanças no ensino devido ao período de isolamento social devido a pandemia (Covid-19). O tratamento e a análise estatística das informações para caracterização do perfil dos estudantes de pedagogia que estagiaram ou vivenciaram o a influência da família no desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem de

crianças com TEA (critérios de gênero, faixa etária, local onde reside, tempo de experiência da educação infantil e questões específicas ao objeto de estudo) utilizando planilhas do programa Excel®.

2.2. Resultados e discussão

Observou-se que todos os entrevistados eram do sexo feminino e quanto à faixa etária que dos 27 entrevistados 66,7 % tem idade entre 18 e 39 anos, acredita-se que traz a característica de jovens que tem uma perspectiva de uma educação inovadora e acreditam que podem contribuir para o futuro promissor dessas crianças; e em contra partida, 33,3 % dos entrevistados tinham entre 40 e 50 anos, que pode ser devido tais resultados a profissionais que já vem atuando no magistério e que tem a necessidade de uma graduação e por isso escolheu seguir em uma licenciatura em pedagogia para seu crescimento pessoal e profissional. E que 88,9% dos entrevistados são do sexo feminino, e 11,1% do sexo masculino, que pode ser justificado da sociedade atribui a mulher a responsabilidade pelos cuidados a criança, em uma visão associada à maternidade. De modo geral este resultado reforça a percepção que foi obtida pelo Censo Escolar (MEC, 2018), divulgado em janeiro pelo Ministério da Educação, que apontou que cerca de 80% dos 2,2 milhões de docentes da educação básica brasileira são do sexo feminino.

Desse total, metade tem 40 anos de idade ou mais. Uma pesquisa de abrangência nacional, cujo trabalho de campo foi realizada no ano de 2002, promovida pela Organização das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o objetivo de realizar um levantamento do perfil dos professores brasileiros do ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas da área urbana, trouxeram informações relevantes para o entendimento dos fatores socioeconômicos, culturais, psicológicos e estruturais que permeiam o universo da profissão docente no Brasil.

Os resultados sociodemográficos e culturais apontaram que: a maioria dos professores brasileiros (81,3%) é formada de mulheres, encontrando-se estas, em sua grande parte, atuando no ensino fundamental; a faixa etária dos professores, no Brasil, concentra-se entre os 26 a 35 anos e entre os 36 e 45 anos; a maioria dos professores trabalha em escola pública (82,2%). E historicamente, é possível argumentar que, a partir do século XIX, a docência com crianças pequenas, e nas primeiras décadas do século XX, o curso de Pedagogia, foram se constituindo como preponderantemente femininos (FARIA FILHO; MACEDO, 2004), tendo em vista as representações

culturais que associam o cuidado e a educação de crianças às mulheres (VIANNA, 2002; LOURO, 2011). Dos 27 entrevistados 48,1% residem no município de Paulista e 48,1% em Olinda, observou-se que buscam estar próximo da instituição de ensino ou trabalho, isso se dá pelo fator facilidade ou comodidade de locomoção, ou mesmo possibilidade de economizar dinheiro com transporte e alimentação, uma economia significativa. Percebeu-se que dos 27 entrevistados, 62,9% tem de 2 a 7 anos de experiências em educação, que pode ser justificado pelo fato de alguns dos entrevistados já atuarem na área de educação desde magistério á graduação em licenciatura em pedagogia; e, 37,1% têm entre de 3 e 6 anos de experiência, outro percentual acredita-se ser justificado por participarem durante a graduação de uma disciplina chamada de Estágio supervisionado, ao qual estudantes vivenciam a prática de ensino em sala de aula durante estágio.

Em estudo sobre a procura pelos cursos de formação de professores, ou melhor, pedagogia, para Valle (2006) isso indica que relacionada à subjetividade dos sujeitos, valores altruísticos e de realização pessoal, a imagem que os mesmos têm de si, bem como às experiências vividas no cotidiano. Entende-se que a função do pedagogo é muito rica no que diz respeito à aquisição dos conhecimentos, saberes e atuação profissional cogitado no interior das universidades mediante a matriz curricular do curso. E o Estágio Supervisionado é um componente curricular essencial para realizar o confronto da teoria ensinada na universidade com a prática vivenciada no cotidiano das escolas. Visto que é neste momento que o futuro professor e pedagogo irá refletir sobre a realidade escolar e conseqüentemente analisar as ligações existentes entre a escola e as teorias pedagógicas estudadas no processo de formação acadêmica no Curso de Pedagogia. No decorrer do Estágio Supervisionado, podem-se elaborar novas experiências, enfrentar desafios e descobrir a realidade do que é ser um professor e de como lidar com situações adversas no âmbito da materialidade profissional, e a partir disso conseguir analisar e reformular principais aspectos, entendimentos e alcançar a superação, já que o estágio possibilita uma aproximação da realidade da sala de aula e da escola, sendo que esta leva a uma reflexão teórica sobre a prática, sobre tudo o que observamos e vivenciamos durante a mesma, propiciando ao estudante a oportunidade de aproximar-se da realidade a qual atua ou, futuramente, atuará. (CABRAL; ANGELO, 2010).

Cavaco (2009) destaca que o educador, possui um papel fundamental no percurso do desenvolvimento da criança ou do grupo de crianças que tem a seu cargo, educar e ajudar a crescer com qualidade, devendo de estabelecer com cada criança uma relação própria, cuidar a forma como valoriza e respeita, e estimula e encoraja os seus progressos e contribui para a autoestima da criança. E observou-se que a família desempenha um papel fundamental na vida de qualquer criança, especialmente em crianças com TEA, uma vez que precisam de muitos cuidados e de muita atenção. É importante que a família aceite e procure apoio em e nos profissionais que possam ajudar a entender melhor como lidar com esta problemática, tendo como prioridade a criança e o seu bem-estar. Considerando que a família constitui o primeiro contexto social e educativo das crianças e este se amplia quando passam a frequentar a instituição de Educação Infantil, é importante a construção de vínculos nas interações com as famílias, visando o acompanhamento participativo da aprendizagem e desenvolvimento das crianças oriundas de contextos culturais e práticas sociais diversificadas, que muito contribuem na riqueza do currículo (DCNEI, 2009). E as instituições de Educação Infantil devem conceber as famílias como parceiras do trabalho pedagógico desenvolvido na Creche e/ou Pré-escola por meio do diálogo com os respectivos grupos familiares, respeitando os diferentes tipos de organização que eles têm. Segundo os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (MEC, 2009), a instituição de Educação Infantil é um espaço de aprendizagens, vivências e experiências, onde as crianças se socializam, brincam e convivem com a diversidade humana.

Quanto ao percentual de estudantes e profissionais de pedagogia que demonstram experiência com crianças com TEA em rede pública e privada de ensino, observou-se uma diferença percentual de ~4%. E indicou-se que 51,9% destes entrevistados atuam em rede pública e 48,1% em rede privada, isso pode ser justificado por que as duas instituições tenham se encontradas abertas e cientes do papel educacionais e socializadora, oferecendo ambiente seguro e acolhedor, tanto para as crianças com TEA, quanto para suas famílias. Observou-se também que 66,7% dos entrevistados destacaram que as escolas têm atendimento especializado; e, 33,3% não dispõem desse serviço. Isso mostrou que as escolas tem a preocupação de atender as normativas quanto acessibilidades de estudantes que necessitam de atendimento especializado, desses 33,1% embora seja um percentual menor não deixa de ser preocupante, pois prova que ainda se precisa muito de melhorias dentro dessas escolas,

viendo que no Brasil existem milhares de crianças com deficiências e transtornos que precisam de um atendimento todo especial voltado para elas. Por lei, pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil deve incluir todos os estudantes de 4 a 17 anos na escola.

Os estudantes com necessidades especiais devem ser matriculados preferencialmente em classes comuns. Para isso, o Brasil deve garantir todo o sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Observa-se que mais de ~80% dos pedagogos e de estudantes de pedagogia classificam como regular ou pouco quando levam em consideração o papel da escola, quanto a colaboração para contribuir com a relação da família no desempenho da criança com (TEA) e apenas ~22% classificaram como muito e 22% esta colaboração da escola para melhorar e até mesmo possibilitar a participação da família no desenvolvimento da criança com TEA. Isso pode refletir certos aspectos que precisam ser trabalhados na comunidade escolar, em especial sensibilizar e fiscalizar tais ambientes de ensino para que a lei quanto ao direito a inclusão seja respeitada. E de fato, favorecer que a escola seja uma extensão da casa do estudante proporcionando assim um ambiente acolhedor para ele, e receptivo com a família do mesmo. Em sua opinião, levando em consideração o papel da escola.

Quanto à vivência no ensino de crianças com TEA foi possível verificar se o professor consegue identificar o ponto em que a criança parou e promover um aprendizado efetivo, ou mesmo caracterizar o aprendizado do estudante. O cotidiano de uma criança com TEA no ambiente escolar pode ser bastante proveitoso, com inclusão e aprendizagem (há que se considerar os diferentes espectros e as características geradas). E foi solicitado que os entrevistados classificassem de 1 a 3 quanto adaptações realizadas na sala de aula para crianças com TEA, e verificou-se que 19 dos entrevistados responderam ruim e regular (~70,4%) e ~30% classificou como bom para a primeira adaptação – que diz respeito à forma do professor se dirigir ao estudante para solicitar tarefas e instruí-lo.

A criança com TEA apresenta dificuldades na comunicação verbal e não verbal, tornando-se necessário o emprego de frases simples e diretas para facilitar o seu entendimento. Após refletir sobre o que os estudantes devem aprender, o professor poderá utilizar-se de algumas estratégias para tornar esse processo mais divertido e agradável para o estudante. Portanto, três adaptações simples e que podem minimizar

muito as suas dificuldades acadêmicas em sala de aula. A primeira delas diz respeito à forma do professor se dirigir ao estudante para solicitar tarefas e instruí-lo. Pois a criança com TEA apresenta dificuldades na comunicação verbal e não verbal, tornando-se necessário o emprego de frases simples e diretas para facilitar o seu entendimento.

O uso de instruções verbais em excesso e de figuras de linguagem, como as metáforas ou ironias, tornam a recepção da informação pouco clara. Vale observar, também, que o professor pode se valer de uma entonação e volume de voz mais acentuados para facilitar o contato, sempre, é claro, pedindo o contato visual e se abaixando na altura em que a criança está para facilitar a interação.

Observou-se que 24/27 (~88,9%) dos entrevistados destacando a segunda adaptação sendo classificada como regular ou bom. Quanto a terceira adaptação que a maioria classificou como 2 e 3 (regular e bom) o percentual foi de 77,8%, essa adaptação construir uma estratégia que pode diminuir a ocorrência de comportamentos disruptivos durante o aprendizado, tais como comportamentos agressivos, acessos de birra e apatia, bem como, evitar que crianças com TEA aprendam uma habilidade de forma incorreta e tenham que ser ensinadas novamente. E observa-se através da resposta dos entrevistados que a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam vários fatores que dificultam em sua aprendizagem. Uma delas são as dificuldades de linguagem receptiva (compreensão das mensagens ouvidas) é característica do autismo. Mostra que os 25,9% destacaram que o reforço pode incluir uma gama de itens ou atividades. Muitos estudantes são motivados por alimentos ou brinquedos que realmente gostam. Outros podem ser motivados por uma atividade preferida. Alguns podem ser capazes de ganhar dinheiro, ou fichas durante o dia e guardá-los para trocar por reforço mais tarde.

Todos os estudantes devem receber elogios ou “reforços” sociais. 37% se dividiram entre minimizar o barulho, pois uma sala com pouco barulho contribui para o bem-estar do estudante, pois as crianças autistas sentem-se desconfortável em meio a muitos sons. E 22,2% afirmam que para esses estudantes o educador precisasistematizar e organizar os métodos de ensino com o intuito de ensinar de forma eficaz sempre respeitando o conhecimento prévio do estudante. E 7,4% responderam que usando rotinas visuais poderia minimizar ocorrências desagradáveis. Quanto o aspecto das práticas educativas que propiciam o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com TEA observou-se que 29,6% dos entrevistados defendem que a organização das

atividades para que no cotidiano da sala de aula os estudantes possam aperfeiçoar suas habilidades assim como desenvolver aquelas que estão mais comprometidas. E apenas 22,6% responderam que a intervenção pedagógica é muito importante para o desenvolvimento das relações sociais de forma a estimular as relações dando novas oportunidades e novas experiências ambientais, sensoriais e cognitivas, pois as práticas pedagógicas condizentes com as singularidades dos estudantes, participação da família, apoio de especialistas (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, etc.).

Entre outras ações capazes de desenvolver a socialização, a autoestima, a autonomia, a linguagem, o pensamento e a socialização, considerados relevantes para a formação do estudante enquanto futuro cidadão. Identificou-se ainda que enquanto que 29,6% se dividiram entre o reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem através de situações desafiadoras, pois assim permitirá ao estudante a conquista da autonomia estimulando seu desenvolvimento das relações sociais e de novas competências. E verificou-se que 11,1%, defendem que a Comunicação permanente com a família, o que irá proporcionar a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, assim como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; reforçando a que família desenvolve um papel muito importante junto a escola do seu filho autista.

Quanto à classificação se percebeu a participação da relação da escola e família no desempenho da criança com TEA dos entrevistados com base no saber do papel da escola, tendo como objetivo possibilitar a inclusão das crianças que foi identificada com TEA. E verificou-se que 14,8% deram uma nota ruim, isso porque esses profissionais e futuros profissionais atuam ou atuaram em escolas que não estavam preparadas para dar um suporte a essas famílias para que de fato pudessem participar no desempenho da criança com (TEA). Dos 27 entrevistados, 66% deram nota regular, esse resultado só mostra que para os participantes da então entrevista, as escolas não estão de todo fora do eixo da educação inclusiva, porém precisam melhorar. Por fim 22,2% dos entrevistados responderam com a nota máxima o que ressalta uma grande satisfação diante desse resultado que mostra que existem escolas preparadas e que tem interação com a família do estudante e a encoraja no desempenho da criança autista. Embora se precise reforçar a ideia do papel das políticas públicas no sistema educacional com suas ações que podem possibilitar a sensibilização da escola, da família e da comunidade para que a inclusão social efetivamente aconteça.

Foi obtido dos 27 entrevistados, 96,3% concordam que a interação da família com a escola favorece o ensino aprendizagem do estudante autista, baseado em todo o contexto teórico já abordado neste estudo acredita-se que este resultado seja devido porque a criança com TEA aprende primeiro em casa, e quando é inserido na vida escolar traz consigo uma bagagem em conhecimento adquirido no seio familiar. E 3,7% responderam que não, o que sugere uma pequena reflexão quanto ao papel do professor, em depara-se com situações onde não houve possibilidade da interação com a família na escola, não favorecendo o ensino aprendizagem do estudante com TEA:

Mostrou-se que 70,4% dos 27 entrevistados (profissionais e estudantes de pedagogia) responderam que sim, a opinião deles sobre escola na qual trabalha ou trabalhou dar o devido suporte a família do estudante que apresentou o transtorno do espectro autista (TEA), e 29,6 responderam que não. No entanto a maioria vai mostrar que, na escola em que trabalha há uma boa receptividade com a família do estudante autista, o que vai contra dizer a resposta da pergunta de número 7, quando 55,6% deram nota regular deixando transparecer que a escola de fato não acolhe essa família como deveria. Esse fato causou estranhamento e sugere uma boa reflexão, ou eles se confundiram em suas respostas, ou não estão prontos para assumir suas posições enquanto profissionais da educação. Identificou-se para a pergunta: “Como foi para você essa interação entre, você e a família do estudante com TEA?” que dos entrevistados 63% destacaram que sua interação com a família foi boa, e 33,3% diz que foi regular. E quanto se perguntou “as crianças autistas costumam seguir uma rotina, como educador concorda que essa rotina deve ser flexível?” obteve-se que 92,6% dos entrevistados afirmaram que sim. E a penas 7,4% disseram que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação família-escola através dos vieses sociológico e psicológico. Na perspectiva sociológica destaca o caráter socializador desta relação e as diferenças sociais e culturais. Observou-se neste estudo a possibilidade de conhecer o olhar dos futuros profissionais em pedagogia que atuam e irão atuar no ensino infantil quanto a influência da família no processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em especial na região metropolitana do Recife. O autismo é classificado como um dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)”, é descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais severo, comprometendo o

desenvolvimento normal do indivíduo, afetando a interação social, a comunicação e o comportamento, essa dificuldade faz com que as crianças com autismo, sejam bastante limitadas em todo o processo de ensino aprendizagem. E a inclusão um processo complexo e demorado, não basta que a escola se organize apenas em sua estrutura física, faz-se necessário fazer adaptações na metodologia específica, na didática, na pedagógica, no currículo, além de formar e capacitar os docentes e os profissionais de apoio na educação especial. Dessa forma verifica-se uma grande lacuna no processo de ensino aprendizagem da criança com autismo na educação pela falta de conhecimento de métodos específicos que o professor poderia colocar em sua prática, mediando e apoiando a aprendizagem desse estudante autista. A família tem sido parte fundamental nesse processo, pois a participação dos familiares na vida escolar da criança contribui para que o ensino aprendizagem aconteça de forma expressiva.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARTOSZECK, A. B.; GROSSI, M. G. R. **A neurociência do autismo**. In: BORGES, A. A. P.; NOGUEIRA, M. L. M. (org.). **O estudante com autismo na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2018. p. 35-63.
- BRAGA, I. S. **Teorizando as práticas de atendimento à pessoa com autismo na rede de escolas públicas do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2009.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BRASIL. **Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- BRANDÃO, L. de C. **Interação social em diferentes contextos escolares: estudo de caso de uma criança com autismo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2009.

- BRANDIZZI, K. C. L. **O papel do relatório psicopedagógico na educação de estudantes com autismo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). U Bruni. Psicopedagoga na universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2009.
- CASTANHA, J. G. Z. **A trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014).** 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.
- DANTAS, A. P. Entre o educar e o constituir: efeitos possíveis da educação de uma criança com transtorno grave de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). PUC – São Paulo, 2009.
- FÁVERO, E. A.; PANTOJA, L. M.; MANTOAN, M.T. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientação pedagógica.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- GOMES, R. C. **Interações comunicativas entre uma professora e um estudante com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- OLIVEIRA, L. de C. F. **Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores.** São Paulo, SP: Ed e Livraria Universitária, 2002.
- PERRENOUD, P. Construir competências desde a escola: trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SANTOS, M. A. **Entre o familiar e o estranho: representações sociais de professores sobre o autismo infantil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2009.